



Entrevista

ENTREVISTA COM SEDI HIRANO

Realizada por Francisco Thiago Rocha Vasconcelos* e Gustavo Takeshy Taniguti*

Revista Plural *Seus pais eram imigrantes japoneses, e você nasceu no interior do Estado de São Paulo. Eles trabalhavam na agricultura? Quando exatamente eles chegaram a São Paulo? Aliás, como você “experenciou” esse processo de transição do meio rural para o urbano?*

Sedi Hirano Minha mãe veio do Japão antes, entre 1918 e 1920. Já meu pai veio entre 1920 e 1923. Então, eles não vieram na primeira leva dos imigrantes japoneses. Meu pai era de Osaka e esteve em Tóquio. Ele não era de origem camponesa, mas de origem, digamos, operária, com certa formação artesanal. Assim, ele tinha várias habilidades: era um bom carpinteiro, por exemplo. Minha mãe, não. Ela já era de uma família rural, camponesa, do interior de Nagano, região muito fria que fica na parte mais central do Japão. A família da minha mãe era de camponeses, mas não eram tão pobres. Segundo a história que minha mãe contava, eles vieram porque houve uma praga no plantio de pés de amora que o bicho-da-seda come. Meu avô era um especialista, no Japão, na criação de bicho-da-seda. Quando eles vieram para cá, inicialmente, trabalharam como colonos em fazendas de café, mas, logo depois de cinco ou seis anos, eles compraram uma propriedade e começaram a explorar o bicho-da-seda. Em relação ao meu pai, ele era uma figura *sui generis*, porque ele nunca parava em um lugar: foi dono de um bar em Araraquara, por exemplo. Ele teve seis filhos, e cada um nasceu em um lugar diferente do interior de São Paulo.

O que minha memória registra é que meu pai era um tipo diferente. Por ser japonês, o nome dele era complicado: Yoshitaru. Para facilitar o contato com os brasileiros, ele mesmo adotou o nome de Mário. Minha mãe adotou o nome de Isaura, sendo que seu “nome japonês” era Shino. Então, pelo simples fato de eles adotarem os nomes de Mário e Isaura, já demonstravam que queriam se articular com a sociedade maior. E, ao que tudo indica, eles não tinham esse espírito comunitário de colônia. Nesse sentido, eu mesmo nunca me vi dentro de uma colônia japonesa, tampouco me senti como membro de uma colônia japonesa ou de um

* Doutorandos em Sociologia pela USP.

grupo étnico específico, porque nada registra em minha memória que eu pertencia a um espaço onde somente viviam imigrantes japoneses.

Quando eu tinha meus seis ou sete anos, eu me lembro de morar em um bairro “caipira”, e, nesse bairro, não havia outras famílias japonesas. Eu sei que minha mãe arrendou um pedaço de terra e começou a plantar tomate, e meu pai começou a explorar carvão no município de São Miguel Arcanjo. Só depois, examinando, eu percebi que meu pai era uma pessoa com uma cultura razoável, pois lia muitas revistas. Ele já tinha consciência de que, naquela época, a situação no Japão era difícil. Sabia que o Japão tinha perdido a Segunda Guerra Mundial. Havia o grupo de *Shino-Renmei*, dos *kachigumi*, que apregoavam que haviam ganhado a Guerra, e meu pai era *makegumi*, daqueles que achavam que o Japão, de fato, havia perdido a Guerra, porque ele lia tanto em português como em japonês. Ele tinha uma formação razoável.

Quando eu tinha meus seis, sete anos, lembro que ia às quermesses com meu pai, e minha mãe fazia bolinho de chuva, pamonha, mingau e ia vender lá. A gente assistia o pessoal dançando, fazendo rodas, e assim por diante. O que aconteceu, de fato, é que minha mãe ganhou dinheiro com tomate. Caiu uma grande geada, e ela atingiu pequenos, médios e até grandes proprietários. Mas, na encosta onde minha mãe plantava tomate, não caiu, e, com isso, ela ganhou dinheiro. Então, nossa família foi transplantada de um bairro caipira para o Jardim América. E, como meu pai possuía certas habilidades, eles montaram uma fábrica de bonecas. Quem montou os mecanismos da produção foi meu pai. Eu me recordo de que minha mãe deve ter ganhado muito dinheiro, porque eles me matricularam em escolas primárias privadas. Nessa escola, havia baile, dança, moças muito bem vestidas, enfim, foi uma coisa extremamente inusitada. Isso foi entre 1946 e 1947, logo depois da Segunda Guerra Mundial.

E nossa família foi acolhida do interior por outra família. Só havia um rapaz que me tratava bem, porque você não tinha aquele hábito da cultura e da sociabilidade urbana. Portanto, a convivência dentro, na casa e na escola, não era tão tranquila. E, depois de um ano, houve a notícia de que as coisas não estavam bem, de que a fábrica não estava indo bem, e a gente tinha que se mudar. Então, nós viemos para Itaquera. Itaquera era periferia, em 1948, e meu pai começou a trabalhar como servente de pedreiro. Logo depois, ele se tornou pedreiro e, em seguida, empreiteiro e começou a construir casas nos Jardins. A partir daí, houve uma inserção mais sistemática na vida urbana. Minha mãe se tornou dona de casa – mas toda a dona de casa de uma família grande planta hortaliças.

Revista Plural *Você sofreu algum tipo de preconceito por ser descendente de japoneses?*

Sedi Hirano Lembro que eu era chamado nas ruas do Jardim América de “quinta coluna”, porque todos os meios de comunicação, inclusive as revistas, faziam circular imagens caricatas dos japoneses, relacionando-os com as figuras de animais peçonhentos que queriam dominar o Brasil, e assim por diante. Eu, de fato, fui objeto de preconceito. Na verdade, só descobri, há uns cinco ou seis anos, conversando com o Isidoro Yamanaka, que o exército tinha quatro colunas; a “quinta coluna” era a coluna infiltrada.

Revista Plural *Fale, então, um pouco de sua filiação ao Partido Comunista e de seu ingresso no curso de Ciências Sociais. Em que medida sua entrada no partido foi decisiva para seu interesse na área?*

Sedi Hirano Essa coisa do Partido Comunista é interessante, porque eu perdi meu pai quando estava no primeiro ano do curso ginásial – estudei no ginásio estadual de Poá, em 1952. Então, eu vim para o Colégio Sarmiento. Eu não sabia o que era um colégio politizado. Na época, o diretor era Wolny Carvalho Ramos. Hoje, o colégio tem esse nome e fica no Belenzinho. Não só o diretor era de esquerda, mas também o professor de história, Rubens Guedes, aluno de Ciências Sociais, era membro do Partido Comunista. A mulher dele, que lecionava francês, também era. O colégio, na época, chamava-se Ginásio Estadual Escola Normal Domingos Faustino Sarmiento. O nome Sarmiento era algo bem diferenciado também, porque foi um grande estadista argentino, positivista. Havia um aluno chamado Nelson Batista que também era do Partido, do segundo ano ginásial. Nós nos dávamos bem. Ele me convidou para ir à casa do professor Rubens Guedes, onde eu descobri que ele era gerente da Livraria Vitória, a qual pertencia ao Partido Comunista. A partir daí, acabei entrando naquilo que na época se chamava “célula” do Partido Comunista. A partir do segundo para o terceiro ano ginásial, eu me tornei membro de fato, virei um antiamericano ferrenho, vivia picando nas paredes: “*Americans, go home!*”. Virei nacionalista. Lia tudo aquilo o que se referia à defesa nacional. Quando me formei no ginásio, como eu tinha notas muito boas, fui “classificado” para estudar no Colégio Roosevelt, que era um colégio de elite acadêmica e intelectual – aliás, era um colégio de “esquerdistas”. Naquela época, o partido dominante de esquerda era o Partido Comunista. O POLOP, a Força da Quarta Internacional, surgiu só depois da década de 1950 a 1960.

Nesse contexto, comecei a militar com jovens de famílias de classe média intelectualizadas. Descobri Mário Schemberg. Depois, li o Lins do Rego, que teve uma fase de paixão pelo partido. Comecei a ler o Graciliano Ramos e tive contato com jornais nacionalistas, como *A Emancipação*. Aos poucos, comecei a me interessar pela *Revista Brasiliense* e pela *Revista Anhembi*. Ora, quando você pertence a um grupo de esquerda, há também uma socialização de esquerda na literatura. Então, comecei a devorar a literatura de Jorge Amado, John Steinbeck, alguns autores franceses e até mesmo alguns autores japoneses traduzidos para o português, como o Takaoka. Também descobri que existia o Luis Carlos Prestes. Aliás, li também o livro *O cavaleiro da esperança*, do Jorge Amado, que, como era proibido, circulava com o nome de *As aventuras de Luizinho*.

Havia um rapaz, chamado Irineu Ribeiro dos Santos, que também era de esquerda, no Colégio Roosevelt, e que adorava cinema japonês. Descobri o cinema japonês de esquerda com ele, começando, claro, com Kurosawa. Mas um dos diretores mais refinados para mim era o Tomu Uchida. Pouca gente sabe, mas esse cineasta influenciou uma geração toda de cineastas no Brasil. Recentemente, descobri, em uma biografia, que ele também foi do Partido Comunista, e parece que quem fundou o Teatro Revolucionário Latino-Americano foi um japonês, o Seki Sano. Ele era comunista, tinha problemas no Japão, foi para o México e, de lá, para a Colômbia. Então, a gente acaba descobrindo alguns autores de esquerda – e isso eu disse até quando recebi o título de Professor Emérito. Nessa mesma época, descobri Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Leôncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Guimarães Rosa, e assim por diante.

Quando estava no primeiro ou segundo ano do curso de Ciências Sociais, achava o Partido Comunista muito orgânico, dentro de certa estrutura de poder. Naquela época, o presidente era o João Goulart. E, em 1961, o pessoal falava: “Sedi, nós estamos no poder”. E eu pensava: mas que poder? Eu participei da passeata quando Jânio renunciou. Você sabe de onde ela saiu? Do Mackenzie, dos alunos de lá, junto com os alunos da Faculdade de Filosofia da USP. Foi, aliás, a primeira vez que eu fugi da polícia. Do primeiro para o segundo ano do curso de Ciências Sociais, então, eu achei os comunistas muito engajados com o governo. É claro, havia os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista. O Plínio de Arruda Sampaio era desse grupo, o Almino Afonso e vários outros militantes. Nós defendíamos a reforma de base, a reforma agrária e a reforma política. Eu me lembro de que uma vez até escrevi um artigo para o Fernando Henrique Cardoso, quando eu era aluno, em que eu pregava o sistema político unicameral, porque achava que, existindo a Câmara dos Deputados e o Senado, o processo político era travado, e muitas

medidas políticas urgentes demoravam para se realizar. Foi por intermédio desse trabalho que descobri que eu tinha alguma “qualidade”, porque Fernando Henrique disse que meu artigo era publicável e ele o levaria para a *Revista Brasiliense*.

Mas então veio o Golpe Militar. No segundo ano do curso de Ciências Sociais, eu saí do Partido Comunista. Nunca entrei para a POLOP e para a Quarta Internacional, mas tinha muitos amigos ligados a eles e, posteriormente, a LIBELU. Entre 1962 e 1963, eu virei vice-presidente do CEUPES. Eu pregava, pelo menos para o grupo ao qual eu pertencia, que, para ser um bom articulador e formador de um organismo de esquerda, em primeiro lugar, a gente tinha que ser bom aluno. Lembro que a gente tinha um grupo de alunos do qual vários se tornaram professores aqui na USP. O José de Souza Martins teve certa simpatia. O Eder Sader, o Emir Sader e o Gabriel Cohn eram todos da POLOP. Havia também os professores que tinham certa “simpatia” por essa esquerda, como o Florestan, que foi da Quarta Internacional e traduziu *Introdução à crítica da economia política*. O Fernando Henrique tinha simpatia pelo PC também. Já o Ianni, ele nunca disse isso de forma clara, mas tinha vínculos com o PC, assim como o Mário Schemberg, e assim por diante.

Revista Plural *Conte um pouco como começa sua inserção no debate acadêmico. Por que você considera os anos de 1961 a 1970 como “os anos de sua formação como professor e pesquisador”? E, nesse sentido, como foi sua relação com Ianni, Florestan, Fernando Henrique Cardoso, e qual a importância que esses professores tiveram em sua trajetória?*

Sedi Hirano Como eu tinha esse tipo de formação ligada à militância, toda vez que o professor Ianni, Florestan e Fernando Henrique abordavam a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, eu já tinha lido alguma coisa sobre isso, devido às discussões políticas. Eu era até chamado de ISEBIANO, porque o ISEB publicava livros e artigos debatendo a questão nacional, assim como o grupo Itatiaia, do Hélio Jaguaribe. Então, havia livros sobre consciência nacional, realidade nacional, revolução brasileira, indústria de base, etc. Com isso, eu comecei a ler muito. É claro, fiz cursos com o Florestan, com o Ianni, com o Fernando Henrique, com a Gioconda Mussolini, Egon Schaden e outras figuras de prestígio. Eu sempre me dei bem na área de sociologia. Naquela época, havia exame oral, e o Florestan sempre aparecia nas entrevistas de exame oral. No segundo ano, eu recebi uma bolsa de iniciação científica. Fui um dos primeiros alunos de iniciação da FAPESP. Tive que trabalhar com a Maria Sylvia de Carvalho, que tem aquele belo livro: *Homens livres na ordem escravocrata*.

Depois que eu ganhei a bolsa, comecei a fazer muita pesquisa, levantar dados. Trabalhei com Luiz Pereira, para aquele trabalho “Desenvolvimento, Trabalho e Educação”, no qual o José de Souza Martins era coordenador de campo. O Florestan sempre me via trabalhando, e, quando me formei, em 1964, Fernando Henrique teve que ir embora, via Argentina, para o Chile, e o Florestan tinha que escolher alguém para ficar no lugar do Fernando Henrique, para ficar guardando lugar para quando ele voltasse. Eu me lembro de que eu estava trabalhando, e o Octávio Ianni chegou e me disse: “Sedi, nosso catedrático, Florestan Fernandes, quer falar com você”. Eu entrei na sala do Florestan, e o Ianni falou: “Sedi, senta porque você vai cair de costas”. O Florestan seguiu dizendo: “Sedi, por circunstâncias políticas, o Fernando Henrique teve que ir embora para o Chile, e nós precisamos garantir a vaga dele. Estamos pensando em você”. Eu disse que havia muita gente que falava muito bem, escrevia bem, e eu não havia dado aulas ainda, só sabia fazer perguntas para os professores. Talvez eu fosse um aluno pentelho, sempre levantava questões, discordava aqui, discordava ali, mas tenho a impressão de que isso me deu certo perfil acadêmico. Florestan, então, disse: “Sedi, eu já vi muito aluno brilhante se perder. E você tem uma coisa que eu gosto, que é a ‘nádega de paquiderme’. Quando você senta para fazer as coisas, você fica horas e horas fazendo aquilo”. Assim, Florestan me convidou mais ou menos por conta disso e porque eu tinha uma vasta experiência em pesquisa de mercado.

Depois, eu só descobri essa curiosidade que o Florestan tinha, lendo uma biografia dele, em que ele dizia ter três preocupações fundamentais, quando era regente da Cadeira de Sociologia I: formar um grupo de professores para o ensino médio, formar pesquisadores de altíssimo nível e também formar técnicos em pesquisa. Isso porque o Florestan era bem *mannheiniano*, nessa época. Aliás, nessa biografia, ele dizia que uma de suas frustrações era que ele não havia conseguido formar “técnicos”. Quando eu me tornei professor, ele me mandou dar aulas sabe do quê? De pesquisa de opinião e propaganda. Para a surpresa do Florestan e de outros colegas, só podiam se matricular trinta alunos. Eu tinha oitenta alunos, e vinha gente até da Fundação Getúlio Vargas.

Eu me lembro, também, que, quando eu pensei em fazer o mestrado, um professor sugeriu que eu fizesse uma discussão nessa área de comunicação, mas eu resisti. Eu queria fazer uma discussão sobre o Brasil colonial e essa questão de castas e estamentos. Na obra de Florestan, essa questão não estava sistematizada. Dessa forma, comecei a trabalhar em uma monografia sobre a sociedade brasileira e a questão das classes médias. Quando terminei o trabalho, tinha umas cento e oitenta a duzentas páginas. Meu orientador, que era o Ianni, foi cassado. Passei a

ser orientado pelo Luiz Pereira. Quando ele leu meu trabalho, disse: “Sedi, você tem que escrever um capítulo sobre castas, estamentos e classes sociais; você tem trinta dias. Depois, você vai ter que escrever um capítulo de crítica teórica sobre os trabalhos do Florestan, do Ianni e do Fernando Henrique”. Eu falei que esse capítulo sobre castas, estamentos e classes eu escreveria, mas não me sentia preparado ainda para fazer um trabalho teórico-crítico em relação aos meus mestres. Quando eu entreguei a monografia, o Luiz Pereira ficou doente e pediu para que o Aziz Simão o substituísse. Eu defendi com nota dez, e o Luiz Pereira falou que fazia questão de ser meu orientador no doutorado.

A Heloísa Fernandes e o José de Souza Martins se interessaram por minha dissertação de mestrado e falaram para eu publicá-la – eu a publiquei pela Alfa Ômega. Defendi em 1972 e publiquei em 1973, e, em menos de um ano, toda a edição de três mil exemplares se esgotou. Em 1974, publiquei a segunda edição. No início, o pessoal não deu muita bola. O Gabriel Cohn, que estava fazendo sua livre-docência, intitulada “Crítica e resignação”, cita meu livro e cita que quem colocou a reflexão em torno da visão poli-histórica de Weber de forma mais sistemática – e isso eu vi no Adorno – fui eu. E o livro começou a circular, o Florestan fez a orelha, dizendo que era um bom livro de introdução aos estudos de classe e estratificação social. O editor colocou nas bancas de jornal, por isso vendeu rapidamente; e eu fiquei sabendo que operários também o liam em São Bernardo. Teve gente em Paris que andou indicando esse livro; o pessoal da UNICAMP também começou a indicá-lo em suas aulas; o pessoal do Rio. Enfim, fiquei mais ou menos conhecido. O Sedi Hirano, pesquisador de mercado, empiricista, tecnocrata, começou a ganhar uma nova dimensão [risos]. Comecei, então, a trabalhar no doutorado.

Agora, para escrever um doutorado sobre aquele tema que o Luiz Pereira, inicialmente, havia me pedido, incluindo o mestrado, olha, foi um empreendimento de quinze anos. Sabe por quê? Porque não havia nada sistematizado em Marx, e meu mestrado foi uma tentativa de sistematizar sua concepção de classe.

Revista Plural *Como você localiza sua obra Castas, estamentos e classes sociais no debate acadêmico da época? Em que medida sua interpretação da formação do Brasil moderno, ou seja, capitalista, distingue-se daquelas de, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Florestan Fernandes ou, até mesmo, Caio Prado Júnior?*

Sedi Hirano Veja, para discutir casta, estamentos e classes sociais, dentro daquele contexto histórico, era necessário ler praticamente quase toda a obra de Marx publicada. Li, então, *O capital: elementos fundamentais para a crítica da eco-*

nomia política, mais especificamente, o quarto volume (*Teoria crítica da mais-valia*), e seus *Escritos políticos*, porque não se escreve um trabalho teórico-crítico em relação aos mestres sem uma fundamentação precedente. Fiz o exame de qualificação. Luiz Pereira, um pouco antes de morrer, disse-me que a tese estava em minha cabeça e que só restava escrevê-la para fazer um grande trabalho, pois, segundo ele, no trabalho, eu demonstrava uma capacidade de reflexão teórica muito grande. Só tinha que estar na cabeça mesmo, porque eu não tinha nem projeto – naquela época, não se pedia projeto. Só que, quando defendi, muitos dos meus colegas acharam que aquilo era simples “fichamento” – até digo o porquê de não se tratar de um fichamento em meu memorial.

Inicialmente, tive que identificar quem aborda a formação do Brasil como pré-capitalista e como capitalista. Logo depois, tive que escrever um capítulo teórico sobre o modo de produção capitalista e pré-capitalista em Marx, por meio de um estudo sistemático quase ausente nos escritos marxianos, já que o foco da reflexão de Marx era mesmo o modo de produção vigente. A questão-chave era a seguinte: o que é o pré-capitalismo e o capitalismo? O próprio Caio Prado Júnior dizia que não cabia a discussão sobre o pré-capitalismo em Marx. Sérgio Adorno, em algumas revisões do livro, perguntou-me o porquê de o capítulo teórico figurar como segundo capítulo, e não como primeiro. Na verdade, esse capítulo teórico nasceu justamente com o capítulo I, em que é feito o mapeamento preliminar. Somente no capítulo posterior fiz críticas teóricas ao Florestan, ao Fernando Henrique e ao Ianni. Eu montei o problema dessa forma. O Sérgio Adorno e o Gabriel Cohn gostaram bastante do trabalho concluído. Weffort, que estava na banca, disse que, de todas as teses de doutorado que tinha lido, a minha e a da Laura de Melo e Souza eram as melhores.

Publicou-se o livro. Tempos depois, fiquei sabendo, por minha filha – e para minha surpresa, logicamente –, que meu livro constava como leitura obrigatória em sete linhas de pesquisa sobre a América Latina na Biblioteca do Congresso Norte-Americano. Acredito que a originalidade do livro reside na crítica que faço às análises que projetam o modo de produção capitalista no passado, a fim de captar as virtualidades do capitalismo. Desse modo, as formações históricas não capitalistas acabam sendo tomadas como capitalistas. É isso o que fazem Jacob Gorender, Caio Prado Júnior e outros tantos. Chama-se “anacronismo histórico”.

Outro exemplo paradigmático é quando se toma aquele famoso trecho de *O manifesto comunista*, que afirma ser a história da humanidade a história da luta de classes. Ora, eu procuro demonstrar, em *Castas, estamentos e classes sociais*, que aquilo que Marx ressaltava é que sempre houve grupos potenciais de oposição,

os quais, em determinadas épocas históricas, não se constituíam como “classe”, mas sim como “casta”. Fazer anacronismo histórico é deixar de ser marxiano, na medida em que se retira o caráter histórico das categorias analíticas. Casta é uma estrutura social histórica, em determinada formação social. Estamento é outra estrutura, em outra formação social. Como aparecem em Marx trechos em que o autor fala em castas, estamentos e classes, resolvi, então, problematizá-los.

Na verdade, o que existia era uma interpretação de um certo tipo de marxismo vulgar, que dizia ser a história das sociedades, em suas várias épocas históricas, a história da luta de classes. No meu entender, isso transformava um conceito histórico em algo a-histórico. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, quando escreveu sua tese de doutorado, deu-lhe o título *Capitalismo e escravidão*, como se o capitalismo convivesse com a escravidão, não é isso? Mesmo o Luiz Pereira, quando escreveu a tese dele, *Trabalho e desenvolvimento*, colocava o capitalismo na formação do Brasil desde a Colônia. Então, a tese era a de que o Brasil já começou capitalista, não é? No Florestan, há essa linhagem pré-capitalista, não é isso? No Otavio Ianni, a mesma coisa. Aliás, a ideia que informava o trabalho de Fernando Henrique Cardoso era a de que havia um capitalismo específico, com estamento. No todo, eram essas as teses que existiam aqui. A tese fundamental era pré-capitalismo e capitalismo.

Esse mapeamento eu não fiz naquela época. Eu escrevi depois, no doutorado, *Formação do Brasil Colonial – pré-capitalismo e capitalismo*. Até Paulo Arantes me dizia: “Mas, Sedi, você faz uma análise marxista extremamente cuidadosa”. Isso porque eu procuro saber o que é o capitalismo em Marx. Caio Prado Júnior, que era um autor muito lido na época, também já dizia que o Brasil começa capitalista e que os portugueses que vieram para cá eram empresários embrionários. Se é capitalista, tem de ter empresários. Havia também a interpretação “etapista”, que passava do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, por fim, para o socialismo, não é isso?

Eu não comungava muito com essas três etapas sucessivas e indelévels. Eu procuro mostrar que existe uma fase pré-capitalista – que, para Caio Prado, não existe – e que há um conjunto de características que mostra que a sociedade colonial brasileira não era capitalista, mas sim pré-capitalista. Ela não era tão feudal, obviamente, como uma análise do marxismo ortodoxo apregoava, mas também não era capitalista no sentido do modo de produção capitalista tal como está nas obras teóricas de Marx.

Então, eu acho que contribuí para tentar mostrar que o Brasil colonial, de fato, não era capitalista nem feudal. Descobri, nesses meus estudos, que o modo

de produção, para Marx, começa com o surgimento do trabalhador assalariado – isso está posto, também, em Hobsbawm, e o trabalhador assalariado –, no sentido estrito da palavra, começa a surgir como categoria histórica do século XVII para o século XVIII. Então, “puxa”, o Brasil antecipou o capitalismo! [risos] Não é isso?

O próprio João Manuel escreveu um livro chamado *Capitalismo tardio*. “Ué, capitalismo tardio? Sr. João Manuel já acha que o Brasil já começou capitalista?” Eu até coloquei: “capitalismo precoce”. Eu sou muito amigo do João Manuel, sou muito amigo do Jobson e do Carlos Guilherme Mota. E disseram: “Mas, Sedi, não é muito ofensivo você colocar ‘capitalismo precoce’?”. Eu falei: “Não acho ofensivo”. É precoce porque antecipou. Eu discordava. Havia, sim, instituições “feudo-estamentais”, mas readaptadas a uma outra condição e a um outro tipo de produção, porque a produção feudal é em pequena escala, e a produção que foi implantada no Brasil Colônia foi em grande escala.

Agora, é claro, o Gorender também me chamou de “marxista weberiano”. Mas o que eu coloco é o seguinte: quando estou analisando Marx, eu o analiso a partir da obra que ele escreveu. E Marx coloca muito bem que a subsunção formal do trabalho ao capital inaugura um período inicial do capitalismo, e, nesse período, não há separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução. Isso até vários outros autores colocaram. Marx discute isso, se não me engano, nos capítulos IV e V d’*O capital*. E, mais ainda, Marx sempre coloca que, para ter o capitalismo, você tem que ter mão de obra assalariada. Weber, de certa forma, também coloca isso. Acredito que tanto Marx como Weber estão de acordo em uma coisa: que o capitalismo começa com a mão de obra assalariada, e não com a mão de obra escrava. Ora, é a partir daí que eu discuto que a mão de obra escrava, na verdade, é capital fixo, e não capital variável. Aqueles que consideravam o Brasil já capitalista transformavam o escravo na mão de obra, capital variável. Eu, muitas vezes, divirjo um pouco de Florestan Fernandes acerca da noção de trabalho social combinado. O Florestan diz que essa produção, de uma forma ou de outra, que usava mão de obra escrava, realizava o trabalho social combinado e que, nessa produção, com o uso da mão de obra escrava, existia uma forma de trabalho social combinado. Eu falo que o trabalho social combinado só existe no capitalismo como modo de produção e, portanto, ela não existe no pré-capitalismo.

Essa é uma discussão teórica importante. O capitalismo, de fato, em sua forma mais plenamente realizada, começa com a subsunção real do trabalho ao capital. Eu tento fazer essa discussão, mas não em *Casta, estamento e classes sociais*; eu faço isso na tese de doutorado mesmo.

Aliás, eu busquei mostrar que o que o Marx estava chamando de classe eram, na verdade, grupos de oposição potenciais, que não estavam realizados como classe, mas que existiam como grupos de oposição: castas dominantes, castas dominadas, estamentos dominantes e estamentos dominados. E então transformaram castas dominadas em classes dominadas, estamentos dominados em classes dominadas, e assim por diante. Eu achava, então, que isso era uma simplificação teórica tamanha, e, se as categorias marxistas, ou seja, as categorias propriamente dialéticas são categorias históricas, como diz o próprio Marx, então, no Brasil, eles estavam transformando as categorias históricas em categorias não históricas.

Minha contribuição a esse debate é que eu procuro mostrar como é que prevaleciam, em certos países da Europa, instituições feudo-estamentais, porque, muitas vezes, certas instituições não desaparecem de uma hora para outra. O capitalismo tardio, na verdade, é uma formulação dos teóricos germânicos. O surgimento do capitalismo na Alemanha abrolha tardiamente em relação à Inglaterra ou à França. Então, eu comecei a ler os cronistas da época, do século XVI, do século XVII, a fim de perceber como o Brasil era descrito e como as várias categorias sociais que compunham a economia e a sociedade brasileira eram representadas pelos intelectuais da época e que tipo de formulações apareciam. Não apareciam “classes”. Apareciam muito mais “castas”. Castas no sentido português, castas de formiga, casta de tamanduá, casta de flores, casta de vinho. Os enólogos falam em castas de vinho. Quer dizer, é aquele tipo de uva que tem certas especificidades que fazem com que o vinho tenha um sabor e um odor especiais. Então, a palavra casta sempre remetia à ideia de especificidade. Achei isso muito interessante, porque aparecia a representação de casta e representação de estamento. Mesmo em obra de jurisconsultos renomados portugueses, se você olha a própria divisão do livro sobre a história política e administrativa de Portugal, aparecem as ordens do reino, os estamentos do reino.

Certa feita, Marcelo Ridenti, em uma tese que o Marco Aurélio Garcia considera a melhor tese sobre o golpe militar no Brasil, que é o *Fantasma da Revolução Brasileira*, em um capítulo teórico, quando ele discute a questão de classe, fala que eu me antecipei ao Thompson, em certa medida. Só que o Thompson escreveu em inglês, e eu em português, não é? Mas, quando houve uma homenagem aos meus trabalhos, o próprio Marcelo, em um debate, disse: “O Sedi antecipou que a classe se forma no processo histórico”. E isso está em Thompson. Então, eu creio que essa é a contribuição que eu faço.

Revista Plural *Há um espaço nas teorias desenvolvidas atualmente nas Ciências Sociais para esse tipo de cruzamento entre autores ou nossa sociologia é um pouco mais paroquial?*

Sedi Hirano Eu tenho a impressão de que, na década de 1970 e um pouco na década de 1980, havia uma “mania de Marx”, porque era época do governo militar, da contestação, da minissaia, essas coisas todas, o movimento pela autonomia das mulheres. O próprio Sartre, que foi uma bandeira também, e a Simone de Beauvoir, eles conheciam Marx; a questão do método do Sartre tem muita influência de Marx. Logicamente, reinterpretada na linha do existencialismo. Eu mesmo li muito Sartre. Então, havia uma mania de Marx, como hoje é com Bourdieu e como já foi com Foucault.

Então, todo o mundo no departamento queria dar Max – e o Marx, na década de 1970, era o Marx estruturalista –, Althusser, Poulantzas, Balibar e outros. Havia esse marxismo estruturalista, em que a estrutura era o sujeito histórico, e praticamente anulava-se o sujeito histórico propriamente dito. O livro do Althusser, por exemplo, *Aparelhos ideológicos do Estado*, os alunos sabiam de cor, como se fosse catecismo. Todo o mundo lia Althusser, Poulantzas, Balibar e me falava: “Sedi, aqui ninguém é especialista em Weber, e você, que conhece Weber, dá o curso sobre ele”. Para mim foi um privilégio, pois eu já lia normalmente Marx e comecei a ler muito Weber. Então, isso me deu, digamos, uma heterodoxia. De vez em quando, pediam-me para dar também o curso de Durkheim. Com efeito, tal formação heterodoxa que o Florestan tinha eu tive também.

Não é que eu ache que o Marx está descartado. Não. Aqui no departamento, há o Ricardo Musse e o Ruy Braga. Na Universidade de Chicago, em Berkley, há o Burawoy. Na França, há diversos autores da linhagem marxista. Enfim, Marx sofreu não um esquecimento, mas não virou um autor bíblico. Hoje, ele é tido como um autor importante, um clássico, que deve ser lido constantemente. Eu acho que Marx tem ensinamentos muito importantes, assim como Weber e Durkheim. Eu nunca havia valorizado tanto o Durkheim até ir para o Japão. Lá, é a sociedade da ordem, tudo dentro da norma; até para andar na rua há um lugar certo para você ficar; na escada há lugar certo para subir e descer, uma maneira de se colocar para não atrapalhar quem está com pressa. Não é o que Norbert Elias quer dizer quando fala que civilização é regra? E regra são os códigos. Então, lá, os códigos valem. E não dá para não pensar em Durkheim, nesse sentido.

Tóquio é uma cidade imensa, um formigueiro; se não tivesse um mínimo de regra, aquilo viraria um caos completo. Quando, em 1995, eu fui dar aulas no Japão, percebi o que é uma sociedade onde a ordem, a hierarquia e a disciplina

são muito importantes. Quando eu voltei do Japão, dei uma aula valorizando o Durkheim, dizendo que ele era o protótipo para entender o Japão de certa época.

Você me perguntou dos clássicos. Bem, eu acho que eles ainda têm muita importância. Ora, se você ler muito bem os clássicos e ler Bourdieu, vai ver que muita coisa dele já estava nos clássicos. Eu estive em uma banca agora na UNESP de Franca, e estavam falando que os clássicos não tratavam de utopia. Eu pensei: “Como isso?”. Em Durkheim há a utopia do Estado perfeito, com vários grupos secundários, o Estado como cérebro social, os grupos secundários como instituições de amortecimento que levavam as demandas dos segmentos da sociedade para o Estado, e esse fazia a síntese. Marx não disse que a humanidade sempre teve sonhos e que, para realizá-los, basta ter consciência, consciência de classe? Em Marx, as pessoas precisam ter um sonho que conserve algumas determinações comuns. Em Weber, não; ele tem aquela famosa frase, em *Ciência e política: duas vocações*, que diz que o possível, o possível histórico, é, na verdade, a síntese de uma multiplicidade de sonhos – eu digo até utopias. Todavia, em Weber, você não tem uma perspectiva histórica única, com o proletariado representando o futuro, e uma perspectiva histórica de transformação. Em Weber, você tem uma visão pluri-histórica, porque a realidade é infinita, caótica, não é ordenada – em Durkheim, sim, é ordenada. Então, posso dizer que há utopia nos três clássicos.

Revista Plural *Certa feita, o senhor falou de uma entrevista que fez com um acidentado de trabalho. Esse é também o tema de um trabalho seu: o direito dos acidentados de trabalho?*

Sedi Hirano Isso. A Amélia Cohn tinha uma posição no CEDEC, e ela fez um projeto sobre acidentados do trabalho, acho que para a Comissão de Justiça e Paz. Ela me convidou para ajudar a operacionalizar o projeto, para conseguir dessa Comissão uma verba. Então, nós resolvemos fazer um trabalho em uma linguagem extremamente simples, voltada para certo tipo de público, em que o acidentado do trabalho falasse sobre o trabalho, sobre as várias modalidades de trabalho, sobre o chão da fábrica, o tempo gasto na fábrica, o tipo de inserção ali – que é relativo à estrutura social, à modalidade de qualificação ou, ainda, à ocorrência do que os juristas chamam de “infortunistica do trabalho”. E há também algumas questões formais muito importantes: antigamente, falava-se mais em acidentes *de* trabalho, como se acidente fosse próprio da estrutura do trabalho; agora, eles mudaram para acidentes *do* trabalho, expressão que advém diretamente do trabalho. Quer dizer, se o trabalhador não toma cuidado, se ele não usa equipamento de segurança, não toma certas precauções, não obedece a certos ritmos de mo-

vimento, ele pode vir a ser vítima.

Então, o acidente ocorria em relação a certo tipo de trabalhador que não estava dentro de uma estrutura em que certo tempo, ritmo, habilidade, agilidade estivessem adequadamente adestrados. Com isso, a culpa do acidente não ia para o capital, ia para o acidentado, para o detentor da força de trabalho. Então, nosso objetivo era tentar explorar esta questão: até que ponto o acidente do trabalho é típico do trabalho ou até que ponto o acidentado do trabalho é devido a certo tipo de comportamento que o capital exige do trabalhador, em que este tem que se adequar ao ritmo da máquina? Enfim, o objetivo era tentar mostrar que o acidente do trabalho ocorre devido a certo tipo de ritmo de trabalho que o capital impõe.

Mas, em termos de cidadania, o que o acidente do trabalho produz? Em primeiro lugar, a redução, porque você vai para o seguro e não recebe mais o salário integral. Em segundo lugar, tem uma coisa da visão machista, do *pater familia*, porque, quando o acidentado é homem e sofre o acidente, como o salário dele já não é mais o salário integral, a mulher tem que começar a trabalhar, e isso produz uma mudança psicológica, emocional e afetiva muito grande. Ele, de repente, de trabalhador se torna uma pessoa que faz certos tipos de trabalho doméstico. Havia acidentado que dava entrevista chorando, dizendo que só era “meio homem”.

Nós recolhemos muitos depoimentos durante a pesquisa, alguns com vinte, trinta páginas, e escrevemos esse livro com base nesses depoimentos, olhando para os acidentes de trabalho como uma forma de violência urbana. Urbana porque também tem essa questão do acidente de trajeto, da casa para o trabalho – e não são poucos os casos. E, claro, todas as grandes empresas estão no meio urbano. Por isso, fizemos esse trabalho que foi voltado para o grande público, no sentido de denunciar, de mostrar que o Ministério do Trabalho tem que tomar uma série de cuidados. Quem fez o posfácio foi o Fabio Conder Comparato.

Revista Plural *Você foi professor visitante no Japão, nas Universidades de Tenri e Sophia. Como surgiu esse vínculo? Qual a importância de sua experiência no exterior para sua formação intelectual?*

Sedi Hirano Foi na década de 1990. Tínhamos um pouco do “mal do provincianismo”, quer dizer, de não sair muito para o exterior. Não que o Florestan desestimulasse, muito pelo contrário. Mas, naquela época, nós não íamos tanto ao exterior, já que éramos da geração da década de 1960, em que sair para o exterior remetia à ideia de que se estava abandonando um grupo que, no momento, lutava por uma Universidade com um bom curso de Ciências Sociais e boas reflexões teóricas sobre Brasil. Nesse período, recebi um convite, de Manoel Tosta

Berlinck, para ir aos EUA, para uma universidade muito conceituada. Em 1970, estive no Japão, por meio de seu consulado, que concedeu a bolsa para realizar um curso sobre planejamento em Nagoya, cidade que foi completamente destruída e reconstruída após a Segunda Guerra Mundial e que virou, depois, modelo de reconstrução de cidades.

Nessa época, o embaixador do Japão no Brasil me convidou para fazer o curso na Universidade de Tóquio – dizendo, inclusive, que poderia me arranjar a vaga na Universidade para que eu fizesse meu doutorado lá. Assustei-me um pouco; filho de migrante, sem saber bem o inglês e, além do mais, ir para Tóquio sem saber bem o japonês.

Certa feita, recebi um telefonema do Japão, de um professor que não falava bem português, convidando-me para dar aula na Universidade de Tenri. Havia chegado ao meu nome por intermédio da professora Helena Hirata. Disse que não tinha formação suficiente para dar aula acadêmica em japonês. Ele disse que não precisaria me preocupar em dar aula em japonês, já que se tratava de um departamento de estudos brasileiros. Assim, dei aula de sociedade e cultura brasileiras. Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Dante Moreira Leite, enfim, fiz toda uma releitura teórica desses autores.

Pouco depois, fui avaliado pelo Ministério da Educação do Japão como professor titular. Dei aulas durante um ano. Eles até gostaram do meu estilo, porque passava o dia inteiro na Universidade lendo, preparando aulas e atendendo os alunos, algo que aprendi com o Florestan, pois, para ele, o aluno era uma entidade quase sagrada; aluno batia na porta, e ele já atendia imediatamente.

Os alunos, então, procuravam-me bastante. Cheguei a orientar algumas monografias, devido à facilidade de contato e do estímulo dado aos estudantes. Como consequência, eles renovaram o convite para mais um ano. Nesse período, minha família já se habituara ao Japão. A escola japonesa, por exemplo, exerceu um profundo impacto em minha família, sobretudo em minha filha, que, inicialmente, não gostou da ideia de ir ao Japão, mas que mudou de opinião gradativamente, conforme ia conhecendo a cultura japonesa.

Lá, não há a cultura do “indivíduo brilhante”, tal como vemos no Brasil. Perguntei, certa vez, a um professor o porquê de os alunos mais brilhantes nunca se manifestarem na aula. Disse-me que, na cultura japonesa, o objetivo da educação era alçar os alunos à média, e não formar elites educadas, visto que, se pensassem somente nas elites, a média não seria boa. Segundo ele, a média da educação no Japão era boa porque trabalhavam essa base. Assim, os que estavam acima da

média é porque tinham pais intelectuais ou letrados que estimularam desde cedo os filhos à erudição.

Revista Plural *Uma questão que ainda queríamos fazer é sobre seus interesses de pesquisa recentes. Poderia falar um pouco sobre isso?*

Sedi Hirano Depois que eu virei diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humana (USP) e Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, eu passei a receber convites de várias organizações japonesas para frequentar reuniões e discutir questões relativas aos migrantes. Eles sempre me colocavam na mesa. Há mais uma coisa: na FAPESP, tudo que era projeto sobre Japão e japoneses, cinema japonês, teatro, cultura e literatura japonesas, tudo vinha até minha mão. Daí, um dia, eu até brinquei que eu não sabia que a origem étnica era critério de especialização. Enfim, por isso eu comecei a ler e virei especialista, digamos, por origem étnica.

Quando virei Pró-Reitor, daí era cônsul-geral me convidando, a diplomacia me convidando, governo japonês me convidando. Eu comecei a me interessar, fui para Nara, Universidade de Tenri, dar o curso de cultura brasileira. Então, a partir daí, foi que eu comecei a me interessar pelo tema das migrações. Um dia, a Tucci falou assim: “Sedi, você não quer ser coordenador do módulo ‘Migrações?’”. Eu aceitei de imediato. Ela disse para mandarmos um projeto para a FAPESP sobre o arquivo virtual, para montar um arquivo sobre migrações, porque, eu acredito, há várias formas de você contar a história da migração japonesa. Como eu tinha escrito um capítulo, na década de 1970, sobre migrações e modernização, eu comecei a aceitar convites; fui para Bolonha, Santiago de Compostela, Gênova e percebi que discutir migrações de modo comparado perturbava muito os europeus. Eu acho que isso é um preconceito monumental. Eu não posso admitir, em uma sociedade de estrutura republicana, como a italiana, esse tipo de discriminação. Em relação a minha pessoa, eles não faziam isso, porque, quando eles estiveram aqui, eu era Pró-Reitor, eu arruei verba, coloquei em hotéis, concedi dinheiro para comer, essas coisas todas, mas as moças e os rapazes ficavam revoltados: “Sedi, mal comecei a falar, e esses italianos já começaram a cortar e não sei o quê”. “É, vocês ficam endeusando a Europa, a Europa é assim!”

Eu gosto de usar a metáfora que está no livro do Sayad, que o Bourdieu no prefácio sintetiza, dizendo que o imigrante é um átopos, um sem-lugar. Então, eu falei: “Ele é átopos na própria Itália, porque, se ele tivesse um lugar na Itália, não sairia da Itália. Ele é átopos na Irlanda, porque a população reduziu de oito milhões para quatro milhões de habitantes. Ele é um átopos na Alemanha, porque milhões

de alemães foram para os EUA, para o Chile, vieram para o Brasil e outros países. Ele é um átopos em Portugal, na Espanha”.

Hoje em dia, estou interessado em discutir essa questão da cidadania mundial, cidadania global. Uma vez, eu estava viajando de Lisboa para Faro, peguei um jornal econômico de Portugal, e o articulista era muito interessante. Guardei o jornal. No meio do jornal, havia um artigo que dizia que a “civilizada Europa”, a terra do renascimento, a terra da Revolução Francesa, estava criando, com eufemismos, os campos de permanência temporária, que, na verdade, são campos de concentração de estrangeiros. Então, havia alguns europeus conscientes disso.

A Espanha está fazendo isso, a Itália faz. Portugal também faz. Eles são revisados, são levados para certo lugar, deixam-nos três ou quatro dias sob investigação. Na verdade, a questão do imigrante que alimenta a direita não alimenta a direita só na Europa, mas nos EUA também. Eu achei muito importante fazer estudos comparados sobre migrações, pegar legislações. Como é que o imigrante é recebido na Europa? Como ele é tratado? Qualquer moça latino-americana de razoável beleza que tenta entrar em qualquer um desses países da Europa é chamada de prostituta.

O Ianni tem um artigo notável no livro que vai sair logo, onde diz que o cartão de crédito virou um novo tipo de passaporte, um cartão de cidadania, porque a primeira coisa que perguntam é quantos dólares você tem, onde você vai ficar e se tem cartão de crédito. Se você tem cartão de crédito, com um comprovante de que ele tem um fundo de tantos mil, você é um cidadão global.

Eu estou interessado, hoje, em fazer esses estudos comparados, criar um grupo, pedir financiamento. A FAPESP já me deu quase duzentos mil para fazer esse arquivo virtual, mas isso é para equipamentos, pagar algumas viagens, despesas e assim por diante.

Revista Plural *Quais são os núcleos de comparação? Quais os países?*

Sedi Hirano Há alguns casos que aparecem muito ligeiramente, comparando a formação educacional do espanhol, do italiano e dos alemães, porque o proletariado moderno, na América Latina, principalmente no Brasil, era formado por italianos. E há análises que dizem que os italianos tinham uma formação melhor do que os espanhóis. O nível de formação e alfabetização dos espanhóis era de 25%, no máximo 30%; 70% ou mais eram analfabetos. Há várias descrições de que os espanhóis faziam o trabalho braçal, informal e de que muitos deles eram catadores de ferro-velho ou que viviam no terciário informal, enquanto o imigrante italiano formava a base do moderno proletariado. Agora, na base da mão de obra agrícola, a imagem do japonês sempre aparece. Na imagem do pequeno

proprietário autônomo, a imagem do japonês sempre aparece. O italiano aparece dentro do recorte do moderno proletariado, da inserção nacional no mercado e na formação de pequenos, médios e grandes empresários e latifundiários.

Você pega os Matarazzo, os Martins. Ora, os Matarazzo não vieram pobres, eles vieram com certo pecúlio. Há a família das meias de Araraquara, Lupo, que se tornou grande proprietária de fazendas de café e, depois, tornou-se empresária. Aí você fala dos sírio-libaneses e pensa já em comerciantes, nos mascates, porque, no interior, a memória registra que havia vários mascates e que eram descendentes de árabes. Quer dizer, não digo que era exclusivo. Enfim, não há um trabalho sistemático comparativo sobre essas questões. Aliás, essa questão da educação me interessa muito.

O Amartya Sen, que foi prêmio Nobel de economia, com seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, diz que o Japão, antes da Europa e dos EUA, já havia resolvido a questão da educação fundamental. Ele afirma que não é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir – que é a frase do Delfim. Não. O que o Amartya Sen diz é que um país de estrutura não muito desenvolvida pode investir maciçamente na educação e, depois de algumas décadas, ter seus frutos – como ocorreu no Japão e na Coreia.